



524 PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A 524 Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada. Atualmente a Companhia não exerce atividades operacionais.

Até 22 de junho de 2010 a Companhia detinha participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda. (SEB). As demonstrações contábeis da Companhia continham provisão integral para perdas sobre o investimento na SEB, com base no valor patrimonial das ações possuídas, comparado com o valor registrado como investimento. Em 22 de junho de 2010 a 524 Participações S.A. alienou a sua participação de 8,25% no capital social da SEB, pelo valor de R\$ 3.691, conforme nota explicativa nº. 6.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1 - Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas práticas são consistentes com as adotadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010.

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 16 de fevereiro de 2012.

2.2 - Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.



3. Resumo das políticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como títulos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado. Estas aplicações financeiras estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento do exercício, não excedendo ao valor de mercado.

c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos ("impairment"). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido e tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro. Ver nota explicativa nº 5.

d) Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

e) Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

f) Imposto de renda e contribuição social

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 240 mil ano ou R\$ 20 mil mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%.

A Companhia não apurou lucro tributável e, conseqüentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social.

g) Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo do exercício pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.



h) Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências e outras avaliações similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas trimestralmente.

i) Novos pronunciamentos

A Companhia optou por não adotar antecipadamente nas suas demonstrações contábeis os pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, mas ainda não implantados no Brasil através do CPC, que serão obrigatórios a partir de 2013. A Companhia está avaliando o impacto total dos novos pronunciamentos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas por cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor. A composição da carteira está representada por:

Fundo	Instituição Financeira Administradora	31/12/11		31/12/10	
		Quantidade de Cotas	Valor	Quantidade de Cotas	Valor
Opportunity Top DI	Banco Opportunity	9.898,88235	22	21.542,68212	936

5. Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/11	31/12/10
IRRF sobre aplicações financeiras	13	17
Antecipações CSLL	1	-
IRPJ Saldo negativo (a)	617	606
CSLL Saldo negativo (b)	12	12
(-) Provisão para perda (c)	(630)	(618)
	13	17

(a) A Companhia possui protocolado junto à Secretaria da Receita Federal pedidos de restituição dos saldos negativos de IRPJ, no montante de R\$280. Estes créditos estão sendo atualizados pela taxa SELIC.

(b) A Companhia possui protocolado junto à Secretaria da Receita Federal pedidos de restituição dos saldos negativos de CSLL, no montante de R\$7. Estes créditos estão sendo atualizados pela taxa SELIC.



- (c) Após a concretização da venda do investimento indireto da Companhia na CEMIG, a Southern Electric Brasil Participações Ltda. (vide nota explicativa nº 6), efetuou absorção do prejuízo acumulado e a distribuição de dividendos intermediários deste exercício aos acionistas, restando somente em seu ativo o saldo de caixa e equivalentes que suprirá as despesas usuais e necessárias para a manutenção da Companhia. Este novo contexto impactou negativamente o fluxo de recebimento/compensação dos créditos tributários e, por esta razão, a Administração da Companhia reavaliou a recuperabilidade deste ativo financeiro e constituiu provisão para perda dos saldos negativos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

6. Investimento

Até 22 de junho de 2010 a Companhia detinha participação de 8,25% no capital social da Southern Electric Brasil Participações Ltda. (SEB). As demonstrações contábeis da Companhia continham provisão integral para perdas sobre o investimento na SEB, com base no valor patrimonial das ações possuídas, comparado com o valor registrado como investimento. A Administração da Companhia periodicamente avaliava a situação patrimonial da SEB para melhor refleti-la em suas demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2010 a 524 Participações S.A. alienou a sua participação de 8,25% no capital social da SEB, pelo valor de R\$ 3.691, conforme descrito a seguir:

a) Nos termos do fato relevante da 524 Participações S.A., datado de 13 de novembro de 2009, a emissora celebrou em 12 de Novembro de 2009 um contrato de compra e venda de cotas com a Cayman Energy Traders (CET), para a venda à CET da integralidade das cotas da SEB detidas pela 524 Participações S/A (“Quota Purchase and Sale Agreement”), pelo valor equivalente em reais a US\$ 2.062.925 (dois milhões, sessenta e dois mil, novecentos e vinte e cinco dólares norte-americano), sob condições suspensivas que deveriam ser implementadas até 30 de abril de 2010.

b) Posteriormente, dado o termo final para cumprimento das condições suspensivas para implementação efetiva da compra e venda de cotas avençadas, conforme acima descrito, em 3 de maio de 2010, a Companhia informou ao mercado sobre o termo aditivo ao “Quota Purchase and Sale Agreement” firmado em 30 de abril de 2010. Referido termo aditivo tinha único e exclusivo fim de prorrogar para 28 de junho de 2010, o prazo para cumprimento das condições suspensivas que deveriam ser implementadas.

c) Nos termos do fato relevante datado de 17 de junho de 2010, foram atendidas as condições suspensivas para efetivação do Quota Purchase and Sale Agreement. Em 22 de junho de 2010 houve a consumação do “Quota Purchase and Sale Agreement”.

7. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 176.261.901 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembléia, até o limite de 100.000.000 (cem milhões) ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.



A Assembléia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2010 deliberou sobre aumento do capital social em R\$ 35, mediante a emissão privada de 8.750.000 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 0,004 por ação, passando o capital social de R\$ 51.398 para R\$ 51.433.

A Assembléia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2010 deliberou sobre aumento do capital social em R\$ 20, mediante a emissão privada de 5.555.556 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de R\$0,0036 por ação, passando o capital social de R\$51.433 para R\$51.453.

Na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de Julho de 2010, foram deliberadas:

- Redução do capital social no valor de R\$ 50.762, para absorção do prejuízo acumulado da Companhia, sem cancelamento de ações;
- Levantamento e aprovação de balanço intermediário com data base em 30/06/10, para distribuição de dividendos;
- Distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 2.964, para os acionistas da Companhia.
- Redução do capital social no valor de R\$ 660, para restituição em espécie aos acionistas da Companhia, na proporção das participações detidas por cada um deles.

b) Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral. A proposta de distribuição de dividendos da Administração da Companhia considera que a parcela equivalente ao dividendo mínimo é registrada como passivo, por ser obrigação legal prevista no Estatuto Social.

8. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial e mensurou conforme abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de riscos adotados pela Companhia. Custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. As aplicações financeiras da Companhia estão classificadas nesta categoria.



Os demais instrumentos financeiros estão reconhecidos pelo seu valor contábil e se aproximam dos valores de mercado. Entretanto, por não possuírem um mercado ativo podem ocorrer variações significativas caso a Companhia necessite antecipar as suas realizações.

b) Derivativos

A Companhia não realizou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, durante os exercícios de 2011 e de 2010.

9. Serviços do auditor independente

De acordo com a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, a Companhia não contratou outros serviços junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e de 2010, que não seja o de auditoria externa.

10. Eventos subsequentes

A Companhia recebeu durante o mês de janeiro de 2012, a restituição dos créditos tributários de IRPJ, protocolados junto a Secretaria da Receita Federal (IRPJ), conforme demonstrado na nota explicativa nº. 5, no montante de R\$ 531.

* * * * *